

COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI Nº 3.607, DE 2024

Estabelece medidas para a promoção de oportunidades de emprego e empreendedorismo para pessoas com deficiência, mediante a celebração de acordos de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Autor: Deputado JÚNIOR MANO

Relator: Deputado LUCAS RAMOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.607, de 2024, de autoria do ilustre Deputado Júnior Mano (PSB/CE), pretende estabelecer medidas para a promoção de oportunidades de emprego e empreendedorismo para pessoas com deficiência, mediante a celebração de acordos de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Na justificação, o parlamentar embasa a proposição na necessidade de ampliação de oportunidades de emprego e empreendedorismo para pessoas com deficiência, garantindo inclusão social e econômica. Apesar da Lei Brasileira de Inclusão, de 2015, ainda há desafios como falta de acessibilidade, capacitação profissional e igualdade de oportunidades para esse grupo de pessoas.

Para resolver isso, o texto propõe parcerias entre o Ministério do Trabalho e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. As ações incluem capacitação em gestão de negócios, acesso a microcrédito,



programas de emprego em empresas de pequeno e médio porte, adaptação de postos de trabalho e criação de um portal com informações sobre vagas e apoio. O objetivo é fortalecer a autonomia das pessoas com deficiência, facilitar sua entrada no mercado de trabalho e promover um ambiente mais inclusivo.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Indústria, Comércio e Serviços; Trabalho; Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Finanças e Tributação (art. 54 RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

Na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços, em 06/12/2024, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Josenildo (PDT-AP), pela aprovação, com emendas e, em 10/12/2024, aprovado o parecer.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Trabalho opinar sobre proposições pertinentes à promoção de oportunidades de emprego e empreendedorismo para pessoas com deficiência, nos termos art. 32, inciso XVIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Quanto ao mérito, consideramos ser meritório e oportuno o projeto ora examinado. Em primeiro lugar, a proposição prevê a possibilidade de concessão de incentivos fiscais e subsídios específicos para micro, pequenas e médias empresas que promovam a adaptação de regras e rotinas de trabalho. Essa medida estimula o setor privado a investir em acessibilidade e inclusão, promovendo mudanças estruturais no ambiente laboral.

Outro ponto relevante é a ênfase no fortalecimento da articulação entre entes públicos e privados, ampliando a governança das ações



e garantindo que as políticas sejam construídas com a participação ativa de quem vivencia os desafios da inclusão no cotidiano. Essa abordagem colaborativa tende a gerar soluções mais adequadas às reais necessidades das pessoas com deficiência.

Entretanto, a proposição merece alguns ajustes. Em primeiro lugar, se faz necessária a reformulação dos arts. 2º e 3º para remover a estipulação de obrigações a órgãos específicos do Executivo, respeitando a competência legislativa privativa do Chefe daquele Poder para tanto, conforme entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal.

Em segundo lugar, a proposta prevê fiscalização e sanções administrativas, sem definir quem estaria obrigado, as penalidades e o ente fiscalizador. Por último, o PL prevê uma premiação para as empresas que contratarem mais PcDs do que outras, independentemente do cumprimento efetivo da cota legal.

Em relação a este último ponto, o Selo Mais Inclusão, previsto no substitutivo, valoriza o esforço adicional das empresas que vão além da obrigação legal e reconhece aquelas que, mesmo sem imposição normativa, promovem a inclusão de PcDs, estimulando uma cultura organizacional verdadeiramente inclusiva.

Apesar dos ajustes, foi mantido o núcleo substantivo do projeto, como capacitação, intermediação de emprego e incentivos fiscais. Desse modo, as mudanças propostas não alteram o propósito central de inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e no empreendedorismo, apenas ajustam o instrumento legal para conformidade constitucional, jurídica e de coerência legislativa.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº Projeto de Lei nº 3.607, de 2024, e das emendas da Comissão de Indústria Comércio e Serviços (CICS) na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUCAS RAMOS



2025-4817

Relator

COMISSÃO DE TRABALHO**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.607, DE 2024**

Dispõe sobre medidas de incentivo à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e no empreendedorismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo fomentar a inclusão social e econômica de pessoas com deficiência, mediante ações coordenadas entre entes públicos e privados.

Art. 2º Ficam instituídas as seguintes diretrizes para políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência:

I – fornecimento de assistência técnica e consultoria para capacitação em gestão empresarial e acesso a microcrédito;

II – criação de programas de intermediação de mão de obra em micro, pequenas e médias empresas;

III – oferecimento de suporte a empresas para implementação de acessibilidade, de recursos de tecnologia assistiva e para a adaptação razoável no ambiente de trabalho; e,

IV - inclusão em programas de aprendizagem e estágios remunerados.

Art. 3º Para atender os fins desta Lei, o Poder Executivo deverá:

I - celebrar acordos de cooperação técnica com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais;



II - promover campanhas de divulgação e educação, em parceria com os meios de comunicação públicos e privados, sobre os direitos das pessoas com deficiência e as oportunidades de emprego e empreendedorismo disponíveis;

III - desenvolver e implementar programas de formação, aprendizado específico e capacitação contínua para as pessoas com deficiência, visando ao desenvolvimento de competências e habilidades para o mercado de trabalho;

IV - promover a preparação de micro, pequenas e médias empresas para receber pessoas com deficiência em seus quadros permanentes de trabalhadores remunerados; e,

V - criar um portal eletrônico específico de fácil acesso com informações sobre oportunidades de emprego, empreendedorismo e programas de apoio disponíveis para pessoas com deficiência.

Art. 4º Para fomentar a inclusão, o Poder Executivo poderá instituir:

I - metas e indicadores específicos de desempenho para avaliar a efetividade das ações previstas nesta Lei;

II - incentivos fiscais e subsídios específicos para micro, pequenas e médias empresas que promovam a alteração das regras e rotinas de trabalho com o objetivo de ampliar e facilitar a contratação e permanência de pessoas com deficiência no seu quadro permanente de trabalhadores remunerados; e,

III - parcerias com instituições de ensino e organizações não governamentais que atuem na capacitação e qualificação profissional de pessoas com deficiência.

Art. 5º Fica instituído o “Selo Mais Inclusão”, a ser concedido anualmente pelo Poder Executivo Federal às empresas que comprovem a contratação de pessoas com deficiência em número superior ao mínimo legal exigido pelo art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.



Parágrafo único. Além do critério objetivo estabelecido no caput, o Selo Mais Inclusão será conferido mediante avaliação de critérios qualitativos, considerando a efetiva inclusão, acessibilidade, desenvolvimento profissional e condições de trabalho ofertadas às pessoas com deficiência.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias governamentais próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado LUCAS RAMOS

2025-4817

